



Institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar

Darlan Ariel Prochnow¹

Nelson José Thesing²

Cleiton Jardel Carneiro³

Tatiane Peno Nogueira⁴

Submissão: 12/10/2021

Aceite: 18/01/2022

Resumo

O cooperativismo é apontado como instrumento para o desenvolvimento regional sustentável, e, sobretudo, para a sustentabilidade da agricultura familiar. Entretanto, tal constructo necessita de estudos empíricos, que analisem os fatores que levam as cooperativas a institucionalizarem práticas sustentáveis. Deste modo, o objetivo da pesquisa foi interpretar como ocorre o processo de institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar. O objeto de estudo compreendeu a Cooperativa de Agricultores Familiares de Produtos Agroecológicos e Coloniais do Noroeste do Rio Grande do Sul Ltda - NATUAGRO, do Município de Ijuí/RS. A teoria institucional serviu como embasamento teórico. A estratégia de pesquisa empregada foi o estudo de caso. As técnicas de coleta de dados foram a entrevista em profundidade, questionário e observação não participante. Os resultados mostraram que existem práticas sustentáveis institucionalizadas na cooperativa, de modo predominante na dimensão econômica. O estágio de habitualização foi motivado pela aprendizagem dos associados, através de cursos de capacitação. A objetificação teve o consenso entre os membros do quadro social, e a sedimentação aponta resultados positivos com a institucionalização de práticas sustentáveis, principalmente no que se refere à imagem da cooperativa perante a comunidade local. Ainda, a cooperativa apresentou dependência de recursos públicos para investimentos, o que compromete a introdução de novas práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Cooperativas. Teoria Institucional.

Institutionalization of sustainable practices in a family farming cooperative

Abstract

Cooperativism is seen as an instrument for sustainable regional development, and, above all, for the sustainability of family farming. Such a construct requires empirical studies that analyze the factors that lead cooperatives to institutionalize sustainable practices. Thus, the objective of the research was to interpret how the process of institutionalization of sustainable practices takes place in a family farming cooperative. The object of study included the cooperative of Family Farmers of Agroecological and Colonial Products of Northwestern Rio Grande do Sul LTDA - NATUAGRO, in the municipality of Ijuí/RS. Institutional theory served as a theoretical foundation. The research strategy used was the case study. Data collection techniques were in-depth interviews, questionnaire and non-participant observation. The results showed that there are institutionalized sustainable practices in the cooperative, predominantly in the economic dimension. The regularization internship was motivated by the learning of the associates, through training courses. The objectification had a consensus among the members of the membership, and the sedimentation points to positive results with the institutionalization of sustainable practices, especially with

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do RS (UNIJUI). <https://orcid.org/0000-0003-3699-074X> E-mail: darlan.prochnow@sou.unijui.edu.br

² Doutor em Integração Regional (UFPEL). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUI. <https://orcid.org/0000-0001-7123-0717> E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do RS (UNIJUI). <https://orcid.org/0000-0001-5606-0932> E-mail: cleiton.carneiro@sou.unijui.edu.br

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do RS (UNIJUI). <https://orcid.org/0000-0001-7414-7943> E-mail: tatipeno@gmail.com

regard to the image of the cooperative in the local community. Furthermore, the cooperative was dependent on public resources for investments, which compromises the introduction of new sustainable practices.

Keywords: Sustainable Agriculture. Cooperatives. Institutional Theory.

1 Introdução

Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o segundo possui como tema “Fome Zero e Agricultura Sustentável”. Em contraste com as metas deste objetivo, a agricultura familiar ainda segue um modelo de desenvolvimento representado pelo uso intensivo de recursos naturais e agroquímicos. Para Silva *et al.* (2019) o uso intenso da agricultura convencional resultou em muitos desastres ambientais, ocasionados principalmente pela aplicação de agrotóxicos, utilizados indiscriminadamente. Segundo estes autores, existe hoje a conscientização de que tais fatores podem comprometer a saúde humana, bem como o meio ambiente e a produção de alimentos no futuro, principalmente para agricultores familiares.

Deste modo, é notório que a agricultura convencional é insustentável. A ausência de práticas sustentáveis, no âmbito da agricultura familiar, enfraquece o simbolismo ambiental da ruralidade e o crescimento social local, abrindo ainda mais espaços para as disparidades econômicas do setor, privando a agricultura familiar de promover o desenvolvimento sustentável (SILVA; TORRES, 2020; DIEDRICH; BIONDO; BULHÕES, 2021). Diante deste cenário, algumas alternativas são apontadas quando o assunto se refere ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, destacando-se o cooperativismo.

Os empreendimentos cooperativos, comprometidos com a agricultura familiar, já são e podem ser cada vez mais meios de construção de uma economia e de uma sociedade sustentável, por exercerem importante papel na transmissão da responsabilidade social, bem como na conscientização para o uso eficiente dos recursos naturais às várias gerações. Assim, a relevância do cooperativismo na agricultura familiar se justifica, pela sua capacidade de gerar oportunidades de trabalho e renda, pela produção de alimentos, pela manutenção das famílias no campo e pela construção de alternativas de desenvolvimento, com menores danos ambientais, impulsionando o crescimento socioeconômico local (SCHNEIDER, 2015; GIAGNOCAVO; GALDEANO-GÓMEZ; PÉREZ-MESA, 2018).

Portanto, entende-se que a agricultura familiar necessita contar com cooperativas, como uma alternativa viável para sobrevivência em um mercado altamente competitivo, seletivo e concentrador. As cooperativas de agricultura familiar são centradas nos agricultores, são administradas por seus cooperados e têm preocupação e comprometimento com a comunidade

local e o desenvolvimento do território rural. Desta forma, o empreendimento cooperativo possui condições de amparar a institucionalização de práticas sustentáveis, especialmente no meio rural (MORAIS; SIQUEIRA; SILVA, 2020).

Para que uma prática sustentável se torne instituída dentro de uma cooperativa, ela deve passar pelo processo de institucionalização, o qual pode ser mensurado em níveis de escala. Durante esse período, as organizações sofrem pressões do processo, conforme o interesse material ou simbólico, que pode dificultar ou facilitar a assimilação das práticas (TOLBERT; ZUCKER, 1998). A institucionalização de práticas sustentáveis apresenta notáveis benefícios, tanto para as cooperativas, quanto para a sociedade em geral, pois colabora para a formação da identidade organizacional, e também por deixar transparecer seus princípios, valores, ações e padrões, os quais são construídos e comprovados pelos atores sociais, ao mesmo tempo em que são reconhecidos pela sociedade (LIMA *et al.*, 2011).

Mesmo que as cooperativas apresentem papel relevante na institucionalização de práticas sustentáveis, são poucos os estudos que se referem ao seu papel na sustentabilidade social. Também devem ser mais investigados os conflitos que envolvem a sustentabilidade econômica e a ambiental (CANDEMIR; DUVALEIX; LATRUFFE, 2021). Ainda, observa-se que, apesar dos inúmeros estudos que enfocam a adoção de inovações tecnológicas, poucos trabalhos têm abordado o comportamento dos agricultores em relação às práticas sustentáveis (ZEWELD *et al.*, 2017). Considerando tais apontamentos, este estudo pretende avançar nas discussões que englobam o cooperativismo enquanto ferramenta de sustentabilidade econômica, social e ambiental, sobretudo no âmbito da agricultura familiar. Por isso, o objetivo da pesquisa é interpretar como ocorre o processo de institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

O artigo está estruturado da seguinte forma. A próxima seção apresenta a fundamentação teórica, abordando a teoria institucional e o processo de institucionalização, bem como relação entre cooperativismo e sustentabilidade. Após são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, seguido pela apresentação e discussão dos resultados. Por fim, as considerações finais da pesquisa.

2 Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica deste estudo está dividida em duas partes. Primeiramente é apresentada a teoria institucional e o processo de institucionalização. Após são destacadas as práticas sustentáveis em cooperativas.

2.1 Teoria Institucional e o Processo de Institucionalização

Por fornecer maneiras de compreender padrões implícitos e a diversidade dentro das organizações, a teoria institucional vem recebendo espaço nos estudos organizacionais (PEREIRA, 2012). Do mesmo modo, Machado da Silva e Fonseca (2010, p. 13) indicam que “uma revisão da literatura especializada revela a utilização crescente dos princípios da teoria institucional contemporânea para explicar a delimitação da estrutura e das ações organizacionais”.

A teoria institucional teve origem em algumas formulações teóricas das últimas décadas do século XIX, em meio aos debates, na Alemanha, sobre o método científico. Assim, nas contribuições teóricas ou empíricas da escola institucional podem se identificar as sementes conceituais de precursores institucionalistas, como os economistas Thorstein Veblen, John Commons e Westley Mitchel, e sociólogos como Emile Durkheim e Max Weber, que aprofundam e concretizam as bases da teoria institucional. As marcas dessas contribuições podem ser vistas nos trabalhos dos modernos institucionalistas, em manifestações tais como a ênfase na mudança e na valorização da pesquisa empírica (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

Apoiado em conceitos como a institucionalização, as normas, os mitos e a legitimidade, a escola institucional desenvolveu-se, conforme Chanlat (1989), em três vertentes distintas, quais sejam a econômica, a política e a sociológica. Cada uma das três vertentes oferece subsídios para o entendimento de fenômenos sociais, em seus respectivos âmbitos do conhecimento (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005).

No campo sociológico, o institucionalismo surgiu com os trabalhos de Meyer (1977), Meyer e Rowan (1992) e de Zucker (1977), apoiados pelo conceito de instituição desenvolvido por Berger e Luckmann (1967), ao enfatizar o papel das normas culturais e dos elementos do amplo contexto institucional, como as normas profissionais e os organismos do Estado no processo de institucionalização. Segundo Carvalho, Vieira e Goulart (2005) a vertente sociológica coloca as relações organização-ambiente no centro da análise, onde as relações organização-ambiente, primeiramente focadas nas interações informais, são estabelecidas pelas relações de poder e no processo constitutivo das instituições, com ênfase na heterogeneidade do universo organizacional.

Desta forma, a teoria institucional abandona a compreensão de um ambiente formado exclusivamente por recursos humanos, materiais e econômicos, para destacar a presença de elementos culturais, valores, símbolos, mitos, sistema de crenças e programas profissionais. A

consequência deste novo marco na interpretação organizacional revela-se quando a concorrência por recursos e clientes entre as organizações deixa lugar, na perspectiva institucional, à concorrência para alcançar legitimidade institucional e aceitação do ambiente (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

A explicação do que acontece nas organizações, suas políticas e práticas, não se encontra nos aspectos formais, em seus objetivos estratégicos e na realização de seus produtos. Para a escola institucional, os processos ocultos dos grupos informais, os conflitos entre os grupos, as políticas de contratação, dependências de grupos externos, a luta pelo prestígio, os valores comunitários e a estrutura de poder da comunidade local e instituições legais constituem os principais fundamentos da compreensão do comportamento das organizações (PERROW, 1990).

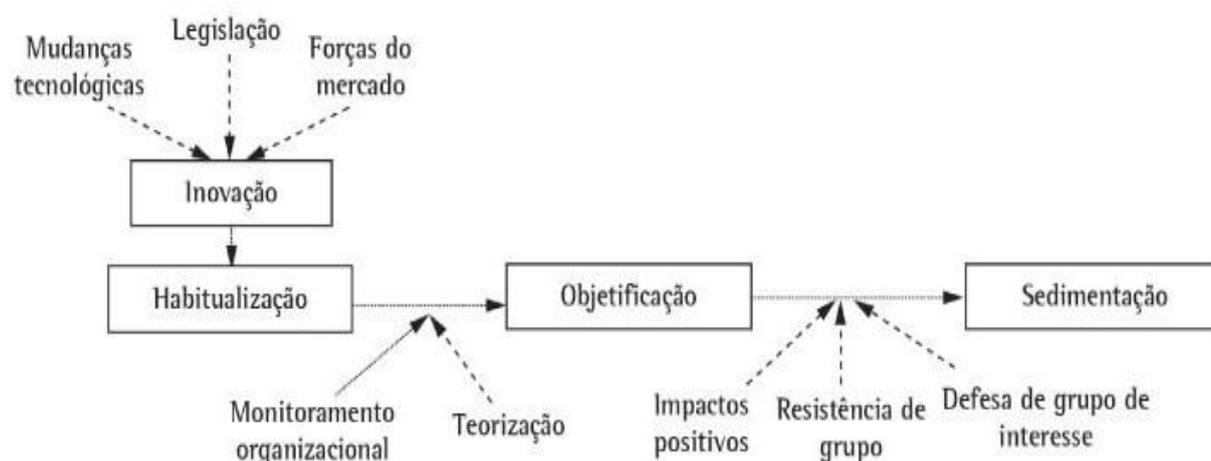
Ao oferecer ferramentas teóricas para que se desloque o nível de análise da organização para o campo, a teoria institucional incorpora valor à cultura simbólica como dimensão explicativa da realidade de um determinado grupo de organizações. Isto permite um delineamento mais preciso da configuração de uma área específica de atividade e, assim, a elaboração e a implementação de políticas públicas mais apropriadas para o desenvolvimento de setores específicos que concorram para o desenvolvimento local (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

Portanto, segundo a teoria institucional, uma organização é vista como um componente de um sistema de relações de um campo específico, a qual é afetada não apenas por questões técnicas e financeiras, mas também por fatores normativos de legitimidade (MACHADO DA SILVA; FONSECA, 2010). A institucionalização, segundo Meyer e Rowan (1977), pode ser entendida como o processo pelo qual comportamentos sociais, obrigações ou realidades assumem status de regra no pensamento social e na ação. Para fins deste estudo, considera-se o processo de institucionalização conforme entendimento de Tolbert e Zucker (1998).

Inspiradas em Berger e Luckmann (1967), Tolbert e Zucker (1998) propõem que, para uma prática tornar-se instituída em uma organização, necessariamente deve passar pelo processo de institucionalização. De acordo com as autoras, o processo de institucionalização é dividido em três fases: a habitualização, a objetificação e a sedimentação. A figura 1 demonstra este processo. A habitualização consiste no processo de mudança organizacional, quando se almeja desenvolver hábitos na empresa. O resultado é o desenvolvimento de padrões de comportamento para resolução de problemas em questão. A objetificação é o próximo passo rumo à institucionalização, uma vez que alguns princípios já estão sendo incorporados na empresa com certo grau de consenso sobre mudanças. É uma etapa mais permanente e disseminada de incorporação das mudanças organizacionais. A sedimentação é a última fase do processo. Nesse

nível, a institucionalização é total, ou seja, as práticas já foram incorporadas nas atividades operacionais das organizações e têm caráter de continuidade, inclusive para as futuras gerações (TOLBERT; ZUCKER, 1998).

Figura 1 - Processos inerentes à institucionalização



Fonte: Tolbert e Zucker (1998, p. 207).

Caldas, Fachin e Fischer (2007) descrevem que a Habitualização abrange a geração de novos arranjos estruturais em resposta a problemas organizacionais. Objetificação abrange o desenvolvimento de consenso social entre os membros com poder de decisão nas empresas, em consideração à importância da estrutura e sua adoção crescente pelas empresas com base nesse consenso. A objetificação da estrutura é consequência do monitoramento que a empresa faz dos competidores e de esforços para aumentar a competitividade relativa. A Sedimentação ocorre tanto pela propagação, virtualmente completa, de suas estruturas por todo o grupo de atores estabelecidos como adotantes adequados, como pela perpetuação das práticas e estruturas por um período considerável ao longo de tempo.

2.2 Desenvolvimento Sustentável e Cooperativismo

Nas reuniões de Estocolmo (1972) e Rio (1992) nasce a ideia de que o desenvolvimento tem, além de um cerceamento ambiental, uma dimensão social. Nesta, está contida a noção de que a pobreza é geradora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a igualdade social e a qualidade de vida dessa geração e também das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz a dimensão ética. O relatório Brundtland (1987)

abriu uma imensa discussão na academia sobre o significado de desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO, 2012).

O desenvolvimento sustentável, segundo o relatório Brundtland, pode ser atingido com um conjunto de políticas capazes de, concomitantemente, assegurar o aumento da renda nacional, o acesso a direitos sociais básicos (como segurança econômica, acesso a saúde e educação) e a redução do impacto do aumento da produção e do consumo sobre o meio ambiente. A partir dessa data, a expressão “desenvolvimento sustentável” surgiu para substituir quase que completamente a de “ecodesenvolvimento”, embora expresse o mesmo conceito normativo (ROMEIRO, 2012).

A abordagem de sustentabilidade, apoiada sobre três dimensões, foi inicialmente proposta por Elkington, em um conceito conhecido por “*Triple Bottom Line*” ou tripé da sustentabilidade (ELKINGTON, 1997). Ignacy Sachs, considerado o criador do termo desenvolvimento sustentável, também faz referência aos três pilares da sustentabilidade. Para Sachs (2002, p.42), “atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica” são os três pilares do desenvolvimento sustentável.

Com o passar dos anos, a intensificação e a velocidade da globalização, junto às preocupações sobre os impactos causados por esse crescimento, dentre outros fatores, contribuíram para o crescimento da noção de desenvolvimento apoiado sobre as dimensões econômica, social e ambiental. Assim, nota-se que é imprescindível pensar o desenvolvimento de forma mais ampla e menos unilateral, visto que não há mais sentido pensá-lo longe das dimensões ambientais, sociais, econômicas, institucionais e demais critérios e fatores que envolvem a pluralidade das atuais organizações (LIMA *et al.*, 2021).

Entre as organizações com potencial de atender os critérios de sustentabilidade, são destacadas as organizações cooperativas, surgidas no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 com duas características: servir ao agronegócio para fins organizacionais, e para a agricultura familiar, como forma de ascensão socioeconômica (BOTTI CAPELLARI; CATANEO DREI, 2020).

O cooperativismo possui sete princípios, os quais são norteadores das atividades nas cooperativas e, mais do que isso, demonstram que a cooperativa, sendo fiel a estes princípios, possui relevante papel na sustentabilidade do local onde está inserida. De acordo com o SESCOOP/RS (2020) os princípios do cooperativismo são: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática pelos associados; Participação econômica dos associados; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação; Compromisso com a comunidade.

Amparados pelo quinto princípio cooperativista, os associados recebem formação e educação cooperativa, são educados e motivados para não desperdiçar os recursos que lhes são disponíveis, não destruírem o potencial natural e produtivo do seu patrimônio, em atenção a si próprios e em prol das gerações futuras. Isso atende a perspectiva do conceito de desenvolvimento sustentável, quando este estabelece que é preciso suprir às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades (SCHNEIDER, 2015).

No sétimo princípio, que traz o “compromisso com a comunidade”, é possível identificar a proximidade do cooperativismo e o desenvolvimento regional sustentável. Na descrição deste princípio, o SESCOOP/RS (2020) aponta que as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos associados, assumindo um papel de responsabilidade social junto as comunidades onde estão inseridas.

Especialmente na agricultura familiar, o empreendimento cooperativo representa uma importante alternativa de inserção no mercado para estes agricultores, os quais foram excluídos do modelo de produção centrado na exportação de *commodities*. As origens das cooperativas rurais e agrícolas encontram-se, em parte, relacionadas às experiências coletivistas de ajuda mútua no campo e, em parte, às condições da agricultura moderna, tendo se desenvolvido desde que a economia rural passou a estar relacionada ao mercado – seja pela necessidade de crédito, da aquisição de adubos, sementes, entre outros, seja pela necessidade de comercialização da produção (WEBERING, 2020).

A preocupação da cooperativa de agricultura familiar com o meio ambiente é da própria natureza institucional, ao trabalhar diretamente com os recursos naturais, cujos produtos e serviços decorrem da agricultura familiar. Dessa maneira, a busca por práticas sustentáveis na agricultura, a redução de impactos ambientais negativos das produções sobre o ambiente, a melhoria da qualidade de vida dos cooperados é justamente o direcionamento para um desenvolvimento sustentável local, amparado pelo sétimo princípio do cooperativismo (MORAIS; SIQUEIRA; SILVA, 2020).

Portanto, a solidariedade dentro da cooperativa de agricultura familiar permite que os agricultores enfrentem os riscos do mercado e favorece o investimento ao dividir os custos fixos. Como os membros das cooperativas são os proprietários, investidores e usuários da cooperativa, as cooperativas têm, portanto, um amplo espectro de atuação. Elas podem criar incentivos para encorajar os agricultores a mudar suas práticas por meio dos serviços prestados, uma posição mais forte no mercado e a combinação de investimentos, resultando na divisão de custos entre

os associados, o acesso a novas tecnologias, entre outros benefícios (CANDEMIR; DUVALEIX; LATRUFFE, 2021; ANDRADE; ALVES, 2013).

Deste modo, o cooperativismo apresenta alternativas de produção e distribuição de riquezas, cuja atividade pressupõe a adoção de práticas sustentáveis e o enraizamento de princípios diametralmente opostos em relação as empresas mercantis. Portanto, as cooperativas, ao contrário das empresas mercantis, buscam melhores condições materiais, almejando a consolidação de relações humanas pautadas na democracia, na solidariedade, na responsabilidade e na liberdade dos sujeitos. Esse potencial de distribuição de riquezas não passa despercebido na Constituição Brasileira, que estimula, em diversos dispositivos, a adoção do cooperativismo (CENCI; FRANTZ, 2010).

Frente aos problemas resultantes das políticas e práticas agrícolas, os agricultores familiares estão buscando novas formas de produção, diferentes daquelas utilizadas pela agricultura convencional, como é o caso de uma prática agrícola ecológica, a qual atribui respeito e preservação aos recursos naturais. Além da produção, os agricultores também estão buscando novas alternativas de inserção no mercado, encontrando na organização cooperativa um novo mercado para a comercialização desta produção, visto que o mercado agroalimentar brasileiro é predominantemente dominado por grandes empresas nacionais e multinacionais, as quais criam barreiras à entrada de produtos oriundos da agricultura familiar (BARCELLOS; MANTELLI, 2009; ESTEVAM; SALVARO; SANTOS, 2018).

Assim, as organizações cooperativas são apontadas como agentes importantes para o desenvolvimento de práticas sustentáveis no meio rural, através da valorização da agricultura familiar (KUNZLER; BADALOTTI, 2017). Deste modo, Soares *et al.* (2019, p. 4) indicam que as cooperativas de agricultores familiares “defendem a produção diversificada de alimentos, a produção orgânica, agroecológica e a permanência das famílias no campo, valorizando as diversidades regionais e promovendo a segurança alimentar”, encontrando-se, na cooperativa de agricultores familiares, a perspectiva de sustentabilidade tanto econômica, quanto social e ambiental.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa tem natureza aplicada e abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, por possuir como objetivo principal a descrição das características que envolvem o processo de institucionalização de práticas sustentáveis na agricultura familiar,

investigando as opiniões, atitudes e crenças de dirigente da cooperativa objeto de estudo (GIL, 2014).

Como estratégia de pesquisa foi adotado o estudo de caso. Para Yin (2001, p. 32) o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Como técnicas de coleta de dados, utilizou-se questionário, entrevista em profundidade e observação não participante.

O questionário foi respondido pelo tesoureiro da cooperativa objeto de estudo. O mesmo continha questões para caracterização da cooperativa, tais como data de fundação, número de associados ativos, abrangência de atuação e tipos de produtos comercializados. Além disso, o questionário continha 30 práticas sustentáveis (10 em cada dimensão da sustentabilidade), extraídas de Lima (2013) e adaptadas ao contexto da agricultura familiar. A frequência de utilização das práticas sustentáveis foi estabelecida pela escala do modelo *likert* de 5 pontos, que variava entre 1= Nunca Realiza e 5= Sempre Realiza.

As categorias de análise foram extraídas de Alves, Castro e Souto (2014), sendo que, para este estudo, foram excluídas as categorias legitimação e isomorfismo, restando as categorias que envolvem efetivamente o processo de institucionalização, quais sejam a habitualização, a objetificação e a sedimentação.

A entrevista em profundidade é uma entrevista não estruturada, direta, pessoal, em que um respondente de cada vez é sondado por um entrevistador altamente qualificado a revelar motivações, crenças, atitudes e sentimentos sobre um determinado assunto (MALHOTRA, 2019). O sujeito entrevistado foi o tesoureiro da cooperativa. O áudio da entrevista foi transcrito para, posteriormente, ser feita a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). O quadro 1 apresenta as categorias utilizadas para análise do conteúdo da entrevista.

Quadro 1- Categorias de Análise Qualitativa

Categoria	Subcategoria	Descrição
HABITUALIZAÇÃO	Inovação	Ação que produz modificações fundamentais causando ruptura ou melhoria contínua em busca do aperfeiçoamento dos serviços.
	Estrutura	A forma pela qual o trabalho é dividido em tarefas diferentes e como essas são coordenadas.
	Monitoramento interorganizacional	Análise das empresas concorrentes a fim de buscarem ações legitimadas.
	Políticas e procedimentos	Os novos arranjos organizacionais adquirem políticas e procedimentos específicos dentro da organização.
OBJETIFICAÇÃO	Consenso social	Quanto maior o grau de institucionalização, menor é a resistência e maior é o consenso social sobre o valor da estrutura.
	Difusão da estrutura	As formas organizacionais se tornam mais legítimas quando se espalham.
	Presença de <i>Champions</i>	Um grupo que tem interesse na estrutura pode promover a sua difusão.
SEDIMENTAÇÃO	Resultados positivos	É necessária uma relação positiva entre a institucionalização e os resultados.
	Continuidade da estrutura	Continuidade histórica da estrutura adotada.
	Baixa resistência	A baixa resistência assegura a perpetuação da estrutura no tempo.

Fonte: Adaptado de Alves, Castro e Souto, 2014.

A observação adotada é do tipo não participante, onde o pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objeto observado (GIL, 2014). A observação foi realizada no prédio da cooperativa, em dias úteis onde a rotina de trabalho era efetuada normalmente. Foram tiradas fotos no ambiente interno e externo da cooperativa, como meio de registro das observações. Deste modo, foi possível compreender quais práticas sustentáveis estão institucionalizadas na cooperativa, ou seja, são adotadas de maneira frequente e existe o compromisso de mantê-las nos próximos anos, complementando assim os apontamentos do questionário.

4 Resultados e discussão

Esta seção apresenta, em sua primeira parte, a caracterização da Natuagro e as práticas sustentáveis institucionalizadas na cooperativa. Após, destaca-se o processo de institucionalização das práticas sustentáveis, nos estágios de habitualização, objetificação e sedimentação.

4.1 Características da Cooperativa Natuagro e práticas sustentáveis institucionalizadas

Fundada no ano de 2005, a cooperativa de Agricultores Familiares de Produtos Agroecológicos e Coloniais do Noroeste do Rio Grande do Sul Ltda. - NATUAGRO, do Município de Ijuí/RS, possui 32 associados ativos. Atua no comércio local de alimentos, destacadamente no ramo de panificados e hortigranjeiros. A figura 2 apresenta o ambiente interno da Natuagro.

Figura 2 - Vista interna do prédio sede da cooperativa Natuagro



Fonte: Autores, 2021.

Com a observação no prédio sede da cooperativa, ficou evidenciado que a cooperativa preza pela qualidade dos produtos, bem como possui instalações adequadas, preço de venda com margem de lucro (elaborado pelo associado que entrega o produto). A entrevista apontou que são geradas soluções aos problemas de ordem operacional ou administrativa. No entanto, a

promoção de ações que ampliem a lucratividade não pode ser classificada como uma prática institucionalizada, pois a cooperativa não faz nenhum tipo de campanha promocional, onde, segundo dirigente, os clientes conhecem a cooperativa apenas quando outras pessoas falam a seu respeito, o chamado “boca-a-boca”.

Para fins deste estudo, as práticas sustentáveis foram divididas segundo as três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental (SACHS, 2002). Através de questionário, da entrevista com dirigente e das observações, foi possível identificar as práticas sustentáveis institucionalizadas na cooperativa.

Na dimensão econômica, as práticas que a Natuagro sempre realiza são: controle de qualidade sobre seus produtos e serviços; promoção de ações que ampliem a lucratividade por unidade produzida; soluções aos problemas operacionais ou administrativos; instalações e equipamentos atendem as necessidades de trabalho; preço de venda estipulado de acordo com critérios que assegurem margem de lucro.

Na dimensão social, as práticas sempre realizadas são: alinhamento entre interesses dos associados e da cooperativa; aceitação de grupos sociais minoritários (mulheres, afrodescendentes, etc.) no quadro social. Estas práticas podem ser consideradas institucionalizadas, pois foram observados associados de diferentes origens étnicas, bem como jovens e mulheres no quadro social. O alinhamento entre interesses dos associados e da cooperativa também existe, visto que a cooperativa realiza reuniões para discutir os interesses comuns dos associados.

Na dimensão ambiental, as práticas sempre realizadas são: respeito às normas e regulamentos internos relacionados às questões ambientais; utilização de forma racional de agrotóxicos e demais produtos nocivos ao meio ambiente. Os agrotóxicos são utilizados de maneira controlada, a cooperativa chegou a produzir alimentos de forma totalmente orgânica. Este tipo de produção só não foi continuado pela dificuldade em manter os padrões necessários. Segundo dirigente da cooperativa, não basta o associado produzir de forma orgânica, se o vizinho pulveriza a plantação com produtos químicos existe a contaminação pela deriva. Este cuidado com as questões ambientais indica que a cooperativa segue as normas e regulamentos da área.

Portanto, entende-se que esse conjunto de práticas mencionadas, as quais foram observadas na cooperativa, estão institucionalizadas. Para interpretar como ocorreu o processo de institucionalização destas práticas, foi entrevistado um dirigente e realizada observação não participante. Os resultados são apresentados a seguir.

4. 2 Estágio de institucionalização das práticas sustentáveis (habitualização, objetificação e sedimentação)

4.2.1 Habitualização

O primeiro estágio do processo de institucionalização é a habitualização (TOLBERT; ZUCKER, 1998). Para fins deste estudo, essa categoria foi dividida em subcategorias, que são inovação, estrutura, monitoramento organizacional e políticas e procedimentos.

Quanto a subcategoria inovação, a entrevista revelou que, quanto aos produtos comercializados pela cooperativa, não existem grandes mudanças ou inovações ao longo do tempo de atuação da cooperativa. A grande inovação, relativa aos produtos, era a comercialização de hortigranjeiros orgânicos, entretanto, esta prática foi inviabilizada ao longo do tempo, devido à dificuldade de produção. A inovação, segundo dirigente da cooperativa, está no processo de produção dos hortigranjeiros e panificados, pois “antigamente era só na terra”, referindo-se à produção de verduras e legumes.

Outro ponto abordado, que interferiu positivamente na inovação para adoção de práticas sustentáveis, foram os cursos de qualificação em tecnologia para os associados que, desta forma, puderam aprender novas formas de produção, mais eficientes e menos agressivas ao meio ambiente, gerando produtos de mais qualidade que chegam aos consumidores. E, entretanto, mesmo com inovações no processo produtivo, foi destacado pelo dirigente que a cooperativa busca sempre preservar as características “coloniais” dos produtos, como forma de manter a identidade e agregar valor. Kunzler e Badalotti (2017) também apontaram que o mercado consumidor valoriza os produtos diferenciados, principalmente os orgânicos e aqueles que possuem características de artesanal ou colonial.

A subcategoria seguinte no estágio de habitualização é a estrutura. A cooperativa não necessitou fazer grandes alterações em sua estrutura física. Entretanto, a adoção de práticas sustentáveis alterou a forma de produção pelos associados. Como visto na subcategoria inovação, foram realizados cursos de aperfeiçoamento pelos associados, o que acarretou novas formas de produzir, que, conseqüentemente, geraram mudanças na estrutura física das unidades de produção. Algumas das mudanças citadas foram a substituição de mesas de madeira por mesas de inox e a instalação de lajotas no piso e azulejo nas paredes.

Na sequência, a terceira subcategoria no estágio de habitualização de práticas sustentáveis é o monitoramento organizacional. Neste sentido, a cooperativa Natuagro acompanhou as práticas de outras cooperativas, porém isso não interferiu na adoção de suas

próprias práticas. Segundo dirigente, a cooperativa adotou suas práticas sustentáveis por iniciativa própria, ou ainda por pressões de entidades reguladoras, como a vigilância sanitária e a Emater.

As políticas e procedimentos são a quarta e última subcategoria do estágio de habitualização de práticas sustentáveis. A cooperativa informou que busca manter o padrão de qualidade no que se refere aos produtos comercializados, o processo produtivo e a participação dos associados de forma democrática. Cada associado produz de forma independente, porém todos possuem conhecimento das práticas de cuidado com o meio ambiente.

4.2.2 Objetificação

A objetificação é o segundo estágio do processo de institucionalização. Está dividida em três subcategorias, que são consenso social, difusão da estrutura e presença de *Champions*. De acordo com dirigente da cooperativa, o consenso para realização de práticas sustentáveis se faz presente na cooperativa. Este critério atende a perspectiva de objetificação, conforme apontam Caldas, Fachin e Fischer (2007). As decisões, para implantação de uma prática, são definidas em reunião, sendo essa a forma mais democrática de decisão, a qual contempla o princípio cooperativista.

Quanto a subcategoria difusão da estrutura, o dirigente da cooperativa foi questionado se havia recursos (financeiros, humanos, etc.) para a adoção das práticas sustentáveis, uma vez que já havia o consenso pela adoção entre os associados. Deste modo, o dirigente explicou que o trabalho para ajustar a estrutura da cooperativa iniciou mesmo antes de sua fundação, visto que a parceria de outras entidades, como Emater, Universidade local e prefeitura municipal foram importantes na incorporação de recursos financeiros e orientação técnica.

Entretanto, mesmo com o apoio de outras entidades, a cooperativa estudada não dispunha de recursos financeiros abundantes para realização de práticas sustentáveis. Segundo o dirigente, existe a dificuldade em captar recursos para, por exemplo, instalar painéis de energia solar, uma meta que faz parte dos planos da cooperativa.

A última subcategoria, do estágio de habitualização, é a presença de *champions*, que são grupos de pessoas que podem influenciar uma organização a institucionalizar uma devida prática. No caso da cooperativa Natuagro, a presença de *champions* poderia estar entre os associados, porém o dirigente entrevistado afirmou não haver pressão por parte de nenhum grupo para a adoção de práticas sustentáveis. O que ocorre na cooperativa é a proposição de ideias por parte

dos associados, as quais, se julgadas pertinentes por parte da diretoria, passam por votação e assim se define a adoção ou não de determinada prática.

4.2.3 Sedimentação

O estágio de sedimentação, o último do processo de institucionalização, foi dividido entre as subcategorias resultados positivos, continuidade da estrutura e baixa resistência. Quanto a subcategoria resultados positivos, a cooperativa Natuagro percebe que isso aconteceu com a adoção de práticas sustentáveis. O maior ponto positivo, segundo o dirigente, é a imagem da cooperativa perante seus clientes e a sociedade em geral. Tal imagem positiva é derivada do modo de produção sustentável, mantendo a qualidade dos produtos que chegam à mesa dos consumidores.

Na pesquisa de Silva e Torres (2020), a visão positiva pelos agricultores também foi percebida, pois os agricultores relataram que enxergam a cooperativa como grande facilitadora de práticas sustentáveis, uma vez que a cooperativa auxilia nas tarefas de orientar os agricultores no cultivo orgânico e na fiscalização do uso dos recursos disponíveis. Além disso, os autores constataram que a cooperativa presta auxílio frente a outras práticas que não aprova, como o uso de agrotóxicos e as queimadas de lixo dentro dos quintais produtivos, o que acaba tornando o solo improdutivo.

A subcategoria seguinte é a continuidade da estrutura. O dirigente da cooperativa foi questionado se existem recursos suficientes para a continuidade das práticas sustentáveis. Segundo o mesmo, a continuidade do que está sendo feito hoje é assegurada, apenas existem poucos recursos para investimento em novas práticas sustentáveis, como a instalação de energia solar, ressaltada anteriormente.

Sobre os recursos financeiros, embora não abundantes na cooperativa, chamou a atenção um ponto levantado pelo dirigente entrevistado. Segundo ele, o advento da pandemia de Covid-19, o qual gerou problemas em inúmeros setores da economia, gerou resultados de venda positivos para a cooperativa. Isso ocorreu porque, segundo ele, o movimento de clientes aumentou a partir de março de 2020, quando a procura por alimentos mais baratos e acessíveis foi uma das demandas mais importantes no cenário da pandemia, em compensação ao consumo em bares e restaurantes, que foi restrito.

A última subcategoria, do estágio de sedimentação, é a baixa resistência. No caso da cooperativa Natuagro, existe pouca ou nenhuma resistência por parte dos associados e

comunidade em geral, quando o assunto são as práticas sustentáveis, visto que estas práticas geram retornos positivos para a cooperativa, seus associados e a sociedade como um todo. Os associados da cooperativa são agricultores familiares, que encontram na cooperativa uma forma de inserção no mercado de hortifrutigranjeiros e panificados, obtendo retorno econômico e, mais do que isso, um espaço de socialização que envolve as famílias de associados e a comunidade ijuiense.

5 Considerações Finais

O cooperativismo é apontado como meio de sustentabilidade para a agricultura familiar. Assim, o objetivo deste estudo foi interpretar como ocorre o processo de institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar, localizada na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

O primeiro estágio do processo de institucionalização é a habitualização, que consiste na introdução de práticas sustentáveis na cooperativa. A vontade e a necessidade de produzir alimentos de maneira ecológica e sustentável promoveu a capacitação do quadro social da cooperativa, bem como mudanças na estrutura física da cooperativa. Quanto ao segundo estágio de institucionalização, a objetificação, ocorreu graças ao consenso do quadro social em adotar as práticas sustentáveis. A sedimentação, o último estágio do processo de institucionalização, mostrou que a adoção de práticas sustentáveis é bem-vista pela comunidade local, ao passo que a cooperativa apresenta recursos para manter a estrutura, embora não disponha de recursos para introduzir novas práticas sustentáveis.

Como destacado pelo dirigente, a cooperativa possui vontade de introduzir novas práticas sustentáveis, como energia solar, porém encontra dificuldades financeiras para efetivar tais práticas. Mesmo assim, destaca-se que a cooperativa permite, aos agricultores familiares, realizarem práticas que não seriam possíveis através da ação individual de cada agricultor. Na cooperativa, a gestão é democrática, ou seja, todos os associados têm direito à voto. Além disso, a cooperativa representa um espaço democrático, tanto para decisões, quanto para a socialização de experiências da vida no campo, proporcionando, dessa forma, um papel não observado em empresas tradicionais.

Como sugestão para novos estudos, pode ser analisado o papel das políticas públicas no fortalecimento das cooperativas de agricultura familiar, bem como a dependência destes

empreendimentos dos recursos de origem pública. Ainda, podem ser analisados os casos de cooperativas de outras localidades brasileiras, além do Noroeste do Rio grande do Sul.

Referências

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/17/> . Acesso em: 05 jan. 2021.

ALVES, Rosália Rodrigues; CASTRO, Cleber Carvalho de; SOUTO, Cleverton Luiz. Processo de institucionalização do curso de administração pública a distância em uma Universidade Federal. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 20-36, fev. 2014.

ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 194-208, set. 2013.

BARCELLOS, C. R. H.; MANTELLI, J. Agroecologia e Organização Cooperativa como Alternativa de Sustentabilidade para a Agricultura Familiar. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 9, n. 29, p. 39 – 48, mar. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Social Construction of Reality**. New York: Anchor books, 1967.

BOTTI CAPELLARI, Marta; CATANEO DREI, Géssica Taís. Direito & Cooperativismo: discutindo a realidade brasileira. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 2302-2319, dez. 2020. ISSN 1982-6745.

CALDAS, M., FACHIN, R., FISCHER, T. (Orgs. da edição brasileira). CLEGG, S. R., HARDY, C., NORD, W. R., (Orgs. da edição original). Handbook de Estudos Organizacionais – **Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**, v. 1, São Paulo: Atlas, 2007.

CANDEMIR, A.; DUVALEIX, S.; LATRUFFE, L. Agricultural Cooperatives and Farm Sustainability – A Literature Review. **Journal of Economic Surveys**, v. 00, n. 0, p. 1–27, 2021.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; GOULART, Sueli. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849 a 874, jan. 2005.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional/organizadores**. Recife: EDUFEPE, 2003, 366p.

CENCI, Ana Righi; FRANTZ, Walter. Desenvolvimento, Cooperativismo e Constituição Federal de 1988. **Constituição, Economia e Desenvolvimento**: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, vol. 2, n. 3, ago-dez. p. 358-375, 2010.

CHANLAT, J. F. L'analyse sociologique des organisations: un regard sur la production anglo-saxonne contemporaine (1970-1988). **Sociologie du Travail**, n. 3, 1989.

DIEDRICH, G. E.; BIONDO, E.; BULHÕES, F. M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS - v. 18, n. 3, jul./set. 2021.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st Century Business**. Capstone: Oxford, 1997.

- ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; SANTOS, Vanda Jandira Dala dos. Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, p. 262-281, jan. 2018.
- GIAGNOCAVO, C; GALDEANO-GÓMEZ, E; PÉREZ-MESA, J.C. Cooperative Longevity and Sustainable Development in a Family Farming System. **Sustainability**, 10(7), 2198, 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014. 6. ed.
- LIMA, L.F. **Estratégias e práticas de gestão, orientadas à sustentabilidade, apropriadas pelas cooperativas agropecuárias do sul do Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- LIMA, Mirelle Tainá Vieira; SILVA, Maria Inácio da; OLIVEIRA, Carlos Wagner; FIRMINO, Paulo Renato Alves; SOUZA, Joceam dos Santos. Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável Aplicado aos Municípios da Região Metropolitana do Cariri. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 17, n. 1, mar. 2021.
- LIMA, T. C. A.; CABRAL, A. C. DE A.; PESSOA, M. N. M.; MARIA DOS SANTOS, S.; CARDOSO DO NASCIMENTO, D. A Institucionalização das Práticas de Responsabilidade Social: Um estudo da Companhia de Água e Esgoto do Ceará. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 1, p. 79-95, 30 jun. 2011.
- MACHADO DA SILVA, Clovis L.; FONSECA, Valéria Silva da. **Estruturação da Estrutura Organizacional: o Caso de uma Empresa Familiar**. RAC, Curitiba, Edição Especial, art. 1, pp. 11-32, 2010.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.
- MEYER, John W. **The effects of education as an institution**. American Journal of Sociology, v. 83, p. 53-77, 1977.
- MEYER, John W.; ROWAN, Brian. **Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony**. In: MEYER, John W.; SCOTT, Richard W. Organizational environments: ritual and rationality. London: Sage, 1992.
- MORAIS, L. A. de; SIQUEIRA, E. S.; SILVA, R. A. Gestão e responsabilidade ambiental nas práticas de uma cooperativa de agricultura familiar: a percepção de cooperados. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 6, 2020.
- NASCIMENTO, Elimar. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 1 jan. 2012.
- PEREIRA, Fernando Antonio de Melo. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Revista Organizações em Contexto**, vol. 8, núm. 16, p. 275-295, jul.-dez. 2012.
- PERROW, Charles. A society of organizations. **Theory and Society**, v. 20, n. 6, p. 725-762, dez. 1991.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26 (74), 2012.
- SANTOS, Jacqueline G.; CÂNDIDO, Gesinaldo A. Sustentabilidade e Agricultura Familiar: Um Estudo de caso em uma associação de agricultores rurais. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 70-86, jan./abr. 2013.

SCOTT, Parry. Introduction: from technology to environment. In: MEYER, John, SCOTT, Richard (Eds.) **Organizational environments: ritual and rationality**. Updated Ed. London: Sage, 1992.

SCHNEIDER, José Odelso. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, 9(16): p. 94-104, janeiro-junho 2015.

Princípios do Cooperativismo. SESCOOP/RS. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/principios/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SILVA, R. A.; TORRES, M. B. R. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar: o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 300-313, dez. 2020.

SILVA, Elizabete Maria da et al. Práticas Produtivas Agroecológicas em Cooperativas Agrícolas Familiares na Província de Alicante (Espanha): Uma discussão sobre sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 15, n. 1, fev. 2019.

SOARES, Caroline Monique Tietz; HORT, Juliane Vanderlinde; BEJAMINI, Renée; BASSO, Dirceu. A Percepção do Cooperativismo Pelos Agricultores Familiares Associados da Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste – A Tulha. **Revista Orbis Latina**, vol.9, nº 1, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), jan. – jun. 2019.

TOLBERT, Pámela S.; ZUCKER, Lynne G. A Institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD Walter R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. v.1. Organizadores da edição brasileira: CALDAS, Miguel Pinto; FACHIN, Roberto Costa; FISHER, Tânia.

WEBERING, Susana Iglesias. Cooperação Cooperativa: o Ser, o Fazer e o Devir. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 24, n. 6, p. 567-581, 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEWELD, W.; VAN HUYLENBROECK, G.; TEFAY, G.; SPEELMAN, S. Smallholder farmers' behavioural intentions towards sustainable agricultural practices. **Journal of Environmental Management**, v. 187, p. 71-81, 2017.

ZUCKER, L. G. **The role of institutionalization in cultural persistence**. American Sociological Review, v. 42, p. 726-743, 1977.